



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006784-05.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Guilherme Gomes Muniz**  
 Requerido: **REMAZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado proposta de participação em grupo de consórcio junto à ré, mas por dificuldades financeiras realizou somente o pagamento de algumas parcelas.

Alegou ainda que soube pelo corretor com quem negociou que haveria cláusula contratual dispondo que os consorciados desistentes não seriam reembolsados do que despenderam, o que seria manifestamente abusivo.

Almeja à imediata devolução do montante pago à ré.

Tomo como despidianda qualquer dilação probatória para a decisão da causa, o que se fará nos limites em que foi proposta (art. 128 do Código de Processo Civil).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Nesse sentido, não extraio do contrato de fls. 36/43 cláusula que disponha sobre a impossibilidade de restituição dos valores desembolsados pelo consorciado desistente.

Ao contrário, o art. 7º (fl. 39) dispõe sobre a possibilidade do mesmo ter sua cota contemplada, o que implicaria então o pronto recebimento da quantia a que fizer jus.

De qualquer sorte, e preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento contrário, reputo venia maxima concessa que a postulação exordial não prospera.

Com efeito, é incontroverso que a espécie trazida à colação concerne a adesão a grupo de consórcio e em situações afins a jurisprudência era assente em reconhecer ao contratante desistente o direito de reaver os valores pagos em até trinta dias após o término do prazo previsto para o encerramento do grupo respectivo.

Tal panorama foi modificado com a entrada em vigor da Lei nº 11.795/08, tendo a mesma estabelecido regramento próprio voltado ao participante que deixa de adimplir com suas obrigações.

Nessas condições, o art. 30 do referido diploma legal determinou em que condições se daria a devolução do que foi pago àquele que desistiu do consórcio, afastando por completo a possibilidade disso suceder de forma imediata.

Tomou-se em conta naturalmente a natureza dessa transação e a repercussão que provoca a saída abrupta de um dos participantes do grupo aos demais contratantes.

Dada a clareza do texto legal, incidente a situações como a da autora, entendo que inexiste margem para interpretação que o contrarie, sob pena de inconcebível desrespeito à norma vigente.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião bem por isso de externar essa mesma posição:

*“CONSÓRCIO. Contrato. Bem móvel. Desistência. Pretensão de rescisão e devolução das quantias pagas antes do encerramento do grupo. Inadmissibilidade. Contrato de consórcio firmado em 15 de junho de 2009, sob vigência da Lei nº 11.795/2008. Jurisprudência. Precedente”* (Apelação nº 1001969-63.2014.8.26.0286, 21ª Câmara de Direito Privado, rel. De. **MAIA DA ROCHA**, j. 14/09/2014).

*“A Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp nº 1.119.300/RS, prolatado sob o regime do art. 543-C do CPC, assinalou que a restituição das parcelas pagas pelo participante desistente deve ocorrer em até 30 dias após o término do prazo previsto no contrato para o encerramento do grupo correspondente, porém, essa orientação respeita apenas aos contratos anteriores à edição da*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

*Lei nº 11.795, de 2008 (Rcl nº 16.112/BA, 2ª Seção, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJE 08.04.2014), vale dizer, ao primeiro plano de consórcio imobiliário do autor, iniciado em 2007. Para o mais recente, de 2011, aplicam-se as disposições do novo diploma, valendo isso dizer que a restituição das parcelas aos consorciados excluídos se dará por contemplação, à qual eles concorrem juntamente com os consorciados ativos (art. 22, caput, § 2º, Lei 11.795/2008), ou então, isso não ocorrendo, em até 60 (sessenta) dias do encerramento do grupo, na forma do art. 31, I, da Lei nº 11.795/2008. Sendo assim, não há campo para a devolução imediata das parcelas pagas à administradora do consórcio, que haverá de observar o regime contratual e legal de cada grupo à época de sua formação” (Apelação nº 1025207-87.2014.8.26.0100, 22ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MATHEUS FONTES**, j. 10/09/2015 - grifei).*

*“Em caso de desistência do consorciado, em contrato de consórcio celebrado após a vigência da Lei 11.795/08, a restituição das parcelas pagas deve ocorrer na oportunidade da contemplação da cota do consorciado excluído ou em até sessenta dias do encerramento do grupo, caso não seja sorteada a sua cota” (Apelação nº 0037046-04.2009.8.26.0068, 21ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ITAMAR GAINO**, j. 23.05.2012).*

Essa orientação tem perfeita aplicação ao caso dos autos, o que afasta a possibilidade da restituição ao autor implementar-se nos moldes preconizados por ele.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**